

TRABALHO ASSALARIADO, CAMPESINATO E LUTA DE CLASSES. A VIOLÊNCIA ESTATAL E OS CONFLITOS DE CLASSE NA BAIXA IDADE MÉDIA PORTUGUESA (SÉCULOS XIV E XV)

Matheus Bastos Tarjano Santos¹

RESUMO

A temática da transição do feudalismo ao capitalismo gerou uma grande quantidade de debates e contribuições em diversas áreas do conhecimento científico. O tema, no entanto, não parece estar esgotado e levanta alguns problemas, como a dimensão do trabalho assalariado e das indústrias rurais como a primeira forma das relações capitalistas no campo. A partir destes dois elementos, este trabalho busca compreender o papel do Estado feudal português frente às alterações das relações de produção e propriedade durante a Baixa Idade Média, exercendo o “controle dos corpos” como uma das formas mais expressivas da violência estatal. Deve-se levar em conta, também, o rearranjo entre as classes que permeiam esse processo e as relações de opressão presentes com a ascensão de uma nova configuração da produção.

PALAVRAS-CHAVE: História Medieval, Estado feudal, feudalismo português, trabalho assalariado, transição.

ABSTRACT

The theme of the transition from feudalism to capitalism has generated a great amount of debates and contributions in several areas of scientific knowledge. The issue, however, does not seem to be exhausted and raises some problems, such as the size of wage labor and rural industries as the first form of capitalist relations in the countryside. From these two elements, this paper seeks to understand the role of the Portuguese feudal state in relation to the changes in production and property relations during the Late Middle Ages, exercising "control of bodies" as one of the most expressive forms of state violence. One must also take into account the rearrangement between the classes that permeate this

¹ Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF).

process and the relations of oppression present with the rise of a new configuration of production.

KEYWORDS: Medieval History, feudal state, Portuguese feudalism, wage labor, transition.

Neste trabalho pretendo fazer um deslocamento espacial da temática da transição do feudalismo ao capitalismo, sendo assim, busco analisar como foram criadas as condições para o desenvolvimento capitalista durante a Idade Média em Portugal. Os estudos sobre a transição ao capitalismo em Portugal são mais escassos do que os estudos sobre a Inglaterra, portanto, as contribuições e os avanços proporcionados pelos debates sobre o caso inglês servirão de referência teórica-metodológica para o prosseguimento deste trabalho.

Para tratar do caso português utilizo a obra *As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média* do historiador Álvaro Cunhal. A obra foi publicada pela primeira vez na França em 1967 e, em Portugal, somente após a Revolução dos Cravos, em 1975. Cunhal busca explicar como as lutas de classe no final da Idade Média portuguesa tiveram papel fundamental para a crise do feudalismo no final do período medieval, e demonstra que essas lutas estavam intimamente ligadas à ascensão do capitalismo no território português.

No início de sua obra o autor entende que as transformações ocorridas nos séculos XIII e XIV estavam relacionadas ao declínio do feudalismo na região, para Cunhal, a principal transformação desse período foi a libertação do servo da gleba, ou seja, a relação “clássica” de servidão que se consolidou na Idade Média. Essa libertação dos camponeses dos laços servis é consequência de duas situações diversas demonstradas pelo autor, a primeira dela – segundo Cunhal – se deve ao fato de a produção servil estar voltada apenas para a produção de subsistência, não conseguindo atender as demandas crescentes da aristocracia e muito menos a produção para o mercado – a produção artesanal, por outro lado, teria plenas condições devido ao grau de produtividade maior que a produção servil agrícola –, tornando-se *uma barreira no desenvolvimento da produção* devido à forma de exploração do campesinato pela classe senhorial como podemos ver nessa passagem:

A servidão da gleba significava assim o domínio absoluto da produção “natural” (para consumo próprio). Nem podia satisfazer as crescentes exigências dos senhores feudais, nem podia responder às exigências do mercado. As relações de propriedade assentes na servidão da gleba tornavam-se um estorvo ao desenvolvimento das forças produtivas. Impediam que a produção agrícola acompanhasse o progresso da produção artesanal que se verificava, passo a passo, nas vilas e nas cidades. Entravavam o desenvolvimento do comércio interno e externo que, tocando mercados cada vez mais largos, exigia maior volume de produtos. É essa a contradição entre as forças produtivas e as relações de propriedade que está na raiz do declínio do sistema feudal, da liquidação da servidão da gleba e das profundas transformações socioeconómicas verificadas nos séculos XIII e XIV.²

Como vimos anteriormente, podemos encontrar nessa explicação de Cunhal sobre o declínio da servidão e do feudalismo o primado das forças produtivas desenvolvido por Marx, ou seja, a ação do comércio na sociedade estimula as forças produtivas de tal forma que as relações de propriedade se tornariam um empecilho ao desenvolvimento comercial, portanto, a eliminação das relações de propriedade – nesse caso as relações servis – seria fundamental para o desenvolvimento completo da atividade mercantil. No entanto, Cunhal também utiliza a luta de classes como base argumentativa para explicar a liberação do servo da gleba. O reconhecimento dos camponeses fugitivos pelos forais e seu direito de asilo a partir do século XII é, para o autor, a decorrência das lutas travadas entre camponeses e senhores.

De uma forma ou de outra, Cunhal ressalta que a liberação do camponês dos laços de servidão não altera a lógica de exploração, apenas muda a forma de produção passando da produção servil para a “produção mercantil simples”. A diferença entre as duas formas de produção consiste na substituição paulatina do pagamento de rendas em produtos, dinheiro e trabalho forçado nas terras do senhor pelo *exclusivo* pagamento de rendas em gêneros e espécie. Outra mudança que se percebe com o fim da “servidão clássica” é a desvinculação do camponês com a terra (gleba), isso significa dizer que o camponês estava livre para mudar de terras e de senhor, o que antes não era permitido. Logo, o autor afirma que o fim da servidão da gleba não altera as relações feudais de produção já que a natureza da exploração não se altera, os camponeses continuam sendo obrigados a entregar o excedente produzido ao senhor que lhe concedeu a parcela de terra cultivável, a classe senhorial continua extraindo os excedentes do campesinato com base na coerção extra-econômica.

² CUNHAL, Álvaro. As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média. Lisboa: Estampa, 2ª edição, 1980, pg. 12

Segundo Cunhal, a liberação dos laços servis mudou a configuração do campesinato português que se subdividiu em dois grupos: o primeiro grupo é composto pelos camponeses que – mesmo com a progressiva generalização do fim das relações servis – ainda estavam submetidos às relações de servidão, e pelos camponeses livres detentores de pequenas parcelas de terras por vezes pouco produtivas; o segundo grupo é composto pelos camponeses sem terra. A formação do campesinato sem-terra teria duas explicações, os servos que quando libertos “não foram assimilados à nova situação de pequenos produtores”³, e aqueles que foram vítimas expropriações realizadas pela classe senhorial e pelos camponeses mais ricos que se assimilavam à pequena nobreza, contribuindo para o aumento da população camponesa sem acesso à terra e obrigada a vender a força de trabalho para sobreviver.

Instaura-se, então, um dos elementos essenciais para o surgimento das relações capitalistas: a não-propriedade do produtor direto e a produção de mais-valia condicionada ao trabalho assalariado. Nesse sentido, Cunhal se afasta do primado das forças produtivas e se aproxima mais do segundo modelo desenvolvido por Marx, o primado das relações de produção e das contradições internas. A análise de Cunhal mostra como o enfrentamento entre a classe senhorial e o campesinato – fugas, revoltas, expropriações – produziu uma massa de camponeses sem-terra obrigados a vender a força de trabalho, criando as primeiras características do que viria a se tornar o proletário moderno. A análise da formação desse contexto vai além, o autor identifica o peso que os camponeses ricos tiveram nesse processo expropriação dos camponeses mais pobres e na contratação de trabalho assalariado. A tríade composta por senhores proprietários, camponeses ricos arrendatários⁴ e trabalhadores assalariados, como propôs Marx, também pôde ser identificada em Portugal devido ao crescente número de camponeses despossuídos em regime de assalariamento. Já no século XIII, o autor atenta para a promulgação de leis que visavam controlar esses camponeses que estavam privados do acesso à terra, como fica explícito na lei contra a vadiagem de 1211.

A lei de 1211 tinha por objetivo coibir a proliferação dos “vadios” na sociedade, ou seja, forçar os camponeses sem-terra que se encontravam na mendicância e até mesmo no banditismo a se vincular a algum proprietário de terras. Posteriormente, em 1253, é

³ Ibid., pg. 27

⁴ Essa parcela de camponeses abastados por vezes pode ser identificada como “burguesia rural” ou “cavaleiros vilãos” por Álvaro Cunhal.

promulgada a lei da taxa de salários, lei que regulamentava o pagamento de salários aos camponeses despossuídos que viviam da venda da força de trabalho.

Se por um lado temos o empobrecimento e a degradação das condições camponesas ao final da Idade Média, por outro podemos observar o fortalecimento de um grupo de comerciantes que se beneficiou do crescimento do comércio interno a partir do século XIII. É importante ressaltar que a burguesia passava por um processo de enriquecimento na Europa desde a Idade Média Central em decorrência do comércio de luxo e de longa distância, com a burguesia portuguesa não foi diferente,

O comércio externo já era praticado quando da formação do Estado português.

Esse comércio vivia fundamentalmente da necessidade de abastecer os senhores feudais de armas e artigos de luxo – tecidos, peles, metais, especiarias, tapetes – que eles pagavam, na maior parte dos casos, com gêneros agrícolas – frutas, vinho, cortiça, coiros – conseguidos à custa da exploração dos camponeses.⁵

No entanto, o fortalecimento do comércio interno foi viabilizado pela relação intrínseca entre a pequena produção e as transações comerciais – como a proliferação de feiras e mercados por Portugal. Segundo Cunhal, a progressiva substituição do pagamento das rendas em gêneros agrícolas por rendas em moeda fez com que os camponeses produtores tivessem que vender seus excedentes para conseguir realizar o pagamento das rendas em dinheiro. A inserção da burguesia nesse comércio possibilitou não só o enriquecimento desse grupo, como possibilitou uma expansão do mercado interno português.

Nesse mesmo período há um fortalecimento ainda maior do comércio externo, principalmente do comércio marítimo – tendo em vista que a atividade comercial portuguesa era realizada, quase que exclusivamente, através das navegações. Logo, o desenvolvimento da marinha portuguesa facilitou as navegações e as transações comerciais, possibilitando a expansão para novos mercados.

A partir desse ponto, Cunhal incorre no mesmo erro das teses do “modelo mercantil”. Quando o autor se refere ao fortalecimento de “[...] uma burguesia rica, poderosa, organizada [...]”⁶, rapidamente afirma que as cidades litorâneas – onde habitava a burguesia que realizava o comércio marítimo – se tornaram espaços de “luta contra a

⁵ Ibid., pg. 44

⁶ Ibid., pg. 46

ordem feudal”.⁷ Aqui podemos notar a concepção que se tem do mercado e das cidades como elementos *antagônicos* ao sistema feudal, e não como parte pertencente a ele. E vai mais além,

Pelo seu poder económico, os mercadores do comércio marítimo tornam-se os principais inimigos da ordem feudal e começam a estar em condições, secundados pela burguesia rural, de disputar à nobreza latifundiária o próprio poder político.⁸

Em um primeiro momento, Cunhal admite que o enriquecimento da burguesia pode ser verificado por duas formas de comércio: o primeiro é pelo comércio externo e pela venda de artigos luxo para a aristocracia; o segundo, pelo fortalecimento da produção agrícola e pela expansão dos mercados pelo território português. Em outras palavras, o autor reconhece que o enriquecimento da burguesia é *dependente* do modo de produção feudal, seja pelo comércio agrícola, artesanal, interno ou externo. O lucro obtido pela burguesia se concretiza a partir da apropriação de parte dos excedentes produzidos pelos camponeses que estão nas mãos da classe senhorial como ele mesmo menciona, portanto, o pagamento que a nobreza realiza ao comprar mercadorias dos burgueses advém da usurpação dos excedentes do campesinato. Os interesses da burguesia não são contrários à ordem feudal, tampouco são contrários à aristocracia, a produção feudal e a classe senhorial são necessários para o enriquecimento burguês.

Sobre a explicação para a dissolução das relações feudais temos duas vertentes distintas, primeiro o autor argumenta que a produção mercantil foi elemento chave para a expansão do comércio interno e externo, e que o desenvolvimento do comércio também teria impulsionado a produção mercantil, porém, ao mesmo tempo que o desenvolvimento do comércio impulsionava a produção mercantil também a *desintegrava*. Mais adiante, Cunhal fornece outra explicação para a dissolução das relações de propriedade feudais: a liberação dos camponeses dos laços servis, a formação de um campesinato despossuído e o conseqüente assalariamento dessa parcela camponesa obrigada a vender a própria força de trabalho – frequentemente para os camponeses abastados. Apesar do autor buscar uma explicação mais complexa para o fim das relações feudais, as duas perspectivas se excluem. O entendimento que se tem de que a burguesia é uma classe antagônica ao feudalismo e que a dissolve com o progressivo desenvolvimento do comércio acaba nos

⁷ Ibid., pg.46

⁸ Ibid., pg. 49

levando a conceber o mercado feudal como um elemento dotado de racionalidade capitalista que se encontrava “adormecido” dentro do modo de produção feudal, aguardando a retirada dos obstáculos que o sistema impunha ao seu desenvolvimento.

Quando retorna à questão da luta de classes, Cunhal fornece uma explicação muito mais consistente apesar de sempre carregar aspectos do “modelo mercantil” em suas análises. O autor divide os principais confrontos de classe em três grandes conflitos nos séculos XIII e XIV, o primeiro deles é a luta entre senhores e camponeses. O conflito entre essas duas classes é intrínseco ao próprio modo de produção, nesse caso, a luta consistiu na tentativa da nobreza em agravar a exploração camponesa aumentando os encargos a serem pagos pelos produtores diretos, em contraponto, os camponeses lutavam para barrar o aumento das extorsões aristocráticas.

O segundo confronto desse período envolveu camponeses abastados e a classe senhorial contra os camponeses. Esse conflito, ao meu ver, reflete as transformações das relações de propriedade no campo no final da Idade Média Portuguesa. O objetivo, tanto da nobreza quanto dos cavaleiros vilãos, era compelir os camponeses despossuídos a trabalharem em regime assalariado nas terras dos proprietários, além disso, objetivavam o rígido controle das taxas de salários a serem pagas aos assalariados. Para isso era necessário o controle dos corpos da classe camponesa em processo de assalariamento, esse controle, como já disse, aparece no início do século XIII com a lei contra a vadiagem de 1211, no entanto, Cunhal também cita a

[...] célebre circular de 3 de Janeiro de 1349 (D. Afonso IV) que constituiu uma violenta ofensiva contra os trabalhadores, revela toda a gravidade da situação. Segundo esta circular, deviam tomar-se as seguintes medidas. Primeira: arrolamento, elaborado por dois homens-bons em cada freguesia, dos indivíduos obrigados a trabalhar por conta alheia. Segunda: fixação (também pelos homens-bons) do preço da força de trabalho (taxas). Terceira: sanções penais (multas. Açoutes, prisão, degredo) para quem desrespeitasse as taxas. Quarta: obrigatoriedade de o criado trabalhar todo o ano para o senhor, se este necessitasse dos seus serviços além do contrato. Quinta: perseguição aos mendigos e vadios, com compulsão ao trabalho e castigos corporais aos prevaricadores.⁹

Esse documento expressa nitidamente a tentativa de aumentar o contingente de trabalhadores assalariados no campo e intensificar a exploração dessa mão de obra. O Estado feudal português, ao garantir a reprodução da classe senhorial controlando os

⁹ Ibid., pg. 56

trabalhadores do campo, acaba contribuindo para a consolidação das condições básicas para a instauração do capitalismo. Além da criação de um campesinato não proprietário mediante a expropriação das famílias camponesas, ainda assegura que esses camponeses despossuídos sejam obrigados a trabalhar para um senhor em troca de um salário. Infelizmente Álvaro Cunhal não desenvolve essa questão de forma satisfatória em sua obra, mesmo assim nos dá pistas de como o processo de surgimento das primeiras relações capitalistas no campo tiveram condições de ascender.

O terceiro conflito nos séculos XIII e XIV foi o embate entre a aristocracia e a burguesia comerciante. Os motivos que geravam conflitos entre esses grupos eram diversos, um deles era a excessiva taxaço do deslocamento dos comerciantes pelo território português, a burguesia era obrigada a se deslocar por percursos determinados pela proprietários das terras e a pagar diversos tributos “como portagens, peagens e direitos de entrada”¹⁰. Os outros motivos mencionados por Cunhal são: a violência e rapina dos senhores feudais ao obrigar os burgueses que transitavam em seus domínios a venderem seus produtos por preços determinados pelos próprios senhores, isso quando não roubavam suas mercadorias; o monopólio da aristocracia da compra e da venda sobre a produção agrícola em seu território; e por último, a realização do comércio pela classe senhorial entrando em concorrência com os comerciantes.

Nas lutas contra os obstáculos postos directa ou indirectamente à actividade comercial pelos senhores feudais e seu Estado, lutas essas que iam desde reclamações respeitadas a violentas revoltas, os comerciantes tinham o apoio dos artesãos, igualmente interessados no desenvolvimento do comércio e dos centros urbanos.¹¹

De fato, a afirmação de Cunhal é correta. A burguesia, ao mesmo tempo que dependia da classe senhorial para realizar seu lucro, também sofria limitações devido aos interesses da aristocracia. A luta travada pela burguesia nesse período visou ocupar espaços no poder central com a finalidade de concretizar seus interesses, a representação dos comerciantes nas Cortes portuguesas foi o fator essencial para algumas das conquistas obtidas por este grupo. A necessidade do poder político na sociedade feudal foi determinante para almejar a conquista de uma parcela do Estado português, sem o poder político a burguesia não poderia determinar os rumos de suas vontades. O que Cunhal

¹⁰ Ibid., pg. 60 (taxas de passagem cobrada para se atravessar um caminho, uma estrada, uma ponte; pedágios para acessar determinados territórios)

¹¹ Ibid., pg. 61

ignora é a distância entre lutar para *conquistar interesses próprios* e “*opor-se decididamente à ordem feudal*”¹². A intenção da burguesia não é o fim do sistema feudal e a instauração do capitalismo como o autor sugere, a luta da burguesia estava voltada para a obtenção de privilégios nobiliárquicos com o intuito de assegurar o controle sobre os mercados, reduzir – ou isentar – os impostos pagos no deslocamento e nas transações comerciais e, por fim, assegurar – e aumentar – a lucratividade.

Dentre os ganhos obtidos pela burguesia comerciante no contexto de lutas dos séculos XIII e XIV podemos destacar duas principais conquistas: a ocupação de cargos no Estado feudal português – aumentando as chances de sucesso da reivindicação burguesa, principalmente nas Cortes; e o estímulo por parte da Coroa à produção de embarcações para o comércio marítimo. Se analisarmos atentamente as demandas e os ganhos da burguesia, podemos notar que nenhuma delas é contrária ao modo de produção feudal, pelo contrário, continua se beneficiando dele. Isso é evidenciado pelo fato de que os próprios senhores – inclui-se o rei – foram beneficiados com o desenvolvimento da marinha mercantil, exigindo uma parcela do lucro para eles próprios¹³. Há avanços conquistados pela burguesia, mas estes avanços são pontuais com o objetivo de aumentar o lucro comercial e adquirir poderes políticos, não são avanços que provocam a dissolução do feudalismo.

Contudo, se analisarmos as conquistas da burguesia rural (ou camponeses abastados) podemos enxergar avanços em outra direção. Uma das medidas em prol da burguesia rural foi a fixação em 500 libras como valor mínimo em bens necessário para eximir “os cultivadores e seus filhos e netos do trabalho assalariado”¹⁴, determinando, também, a obrigatoriedade de trabalho em terras alheias para aqueles que não possuíam terra própria. Dentre as outras medidas que beneficiaram diretamente os camponeses abastados está

[...] o poder [pelos concelhos] de fixar os salários, determina o máximo desses salários e fixa multas e castigos corporais para quantos não cumpram a lei nesta matéria. Estabelece as bases de uma verdadeira e geral política de perseguição e compulsão ao trabalho agrícola, determinando a prisão e condenação a trabalho forçado dos que classifica de pedintes e vadios “posto que em algumas partes do corpo fossem minguidos” e a pena de açoites para os recalcitrantes.¹⁵

¹² Ibid., pg. 63 (grifo meu)

¹³ Ibid., pg. 80

¹⁴ Ibid., pg. 82

¹⁵ Ibid.

Uma das maiores vitórias dos camponeses abastados foi a lei de sesmarias de 1375. A lei das sesmarias estabelecia que as terras incultas dos senhores deveriam ser obrigatoriamente lavradas, se passado o prazo determinado para cultivo e o senhor não tivesse feito nada a respeito, seria obrigado a ceder a parte não cultivada de sua terra aos vilãos. Aqui sim temos um avanço na mudança das relações de propriedade, a concentração de terras pelos cavaleiros vilãos é almejada por dois fatores: para o aumento extensivo da produção e da criação de gado, e para obter mais braços de trabalhadores rurais em sua produção de regime assalariado. Essa determinação dá mais um passo em direção ao fortalecimento das relações capitalistas dentro do feudalismo português, a “lei das sesmarias do tempo de D. Fernando foi uma grande vitória da burguesia rural contra os grandes detentores da terra”¹⁶.

Perceba, as vitórias da burguesia comerciante não alteram a estrutura do sistema feudal, nem resultam no contraponto entre ganhos para a classe camponesa e a consequente perda para a classe senhorial. Nem as pautas nem as mudanças alcançadas pela burguesia estão relacionadas ao processo produtivo característico do feudalismo, tampouco relacionadas com um surgimento do modo de produção capitalista, diferentemente do que se vê nas conquistas dos camponeses abastados, estas estão intimamente ligadas ao processo produtivo e a sua transformação. Cunhal demonstra que o campesinato abastado se aliava aos senhores quando a luta era contra os camponeses mais pobres e assalariados, e que conseguia apoio desses mesmos camponeses quando o alvo dos cavaleiros vilãos era a classe senhorial. Mesmo assim, o autor coloca as “duas burguesias” – urbana e rural – como idênticas ao afirmar que “Estas vitórias são bem significativas da luta que opõe a burguesia e seus aliados à ordem feudal, mostram que amadurecem as condições para a disputa do poder político e anunciam a aproximação duma crise revolucionária”¹⁷.

A partir desse ponto Cunhal busca analisar a Revolução de 1383-1385 como a expressão maior das lutas de classes no baixo medievo português. A caracterização da revolução por Cunhal é explicitada logo no início de seu capítulo na seguinte assertiva:

A insurreição burguesa de 1383, acompanhada por amplas e profundas revoltas camponesas e “proletárias” que abalaram de alto a baixo a sociedade portuguesa, não triunfou apenas sobre a nobreza do país.

¹⁶ Ibid., pg. 84

¹⁷ Ibid., pg. 85

Teve também de vencer a intervenção reacionária castelhana, preparada e provocada por aquela.¹⁸

A Revolução de 1383, segundo sua visão, foi protagonizada pela burguesia com auxílio dos camponeses pobres, dos “proletários” e dos artesãos, todos unidos contra a classe senhorial e se opondo ao feudalismo. As lutas travadas por esse contingente resultaram em alguns ganhos para a burguesia comerciante após dois anos de confronto,

As concessões feitas nas Cortes de Coimbra à cidade de Lisboa, escolhida para capital, o alargamento do termo de Lisboa e Porto, as imediatas isenções de impostos concedidas aos comerciantes de Lisboa para a sua actividade mercantil em todo o reino logo que o cerco castelhana foi levantado, a fusão da missão diplomática com a missão comercial na primeira embaixada enviada a Inglaterra (no próprio mês da insurreição), a entrega de importantes lugares como os de corregedor de Lisboa, tesoureiro da moeda e almoxarife dos réditos reais a comerciantes – são provas evidentes do caráter burguês da revolução e do papel decisivo dos burgueses do comércio marítimo e designadamente de Lisboa, seu grande centro, berço da revolução “madre e cabeça destes feitos”.¹⁹

A afirmação final de Cunhal é correta, essas concessões de fato demonstram o caráter burguês do levante que marcou o final do século XIV em Portugal, o caráter burguês fica evidente justamente por mostrar que exigências da burguesia comerciante não tinham nenhuma intenção em romper com a ordem feudal, não visavam atenuar ou romper com as relações de propriedade vigentes no feudalismo. O trecho supracitado nos mostra que o objetivo da burguesia era alcançar os mesmos privilégios aristocráticos ao obter cargos estatais para fazer valer suas necessidades de enriquecimento, é preciso levar em conta, também, que o levante ocorre em um contexto no qual Portugal se encontra sob domínio castelhana com apoio de parte da aristocracia portuguesa, o que de fato ia contra os interesses de domínio dos mercados pelos comerciantes de Portugal.

Ao citar o papel dos camponeses, dos “proletariados” e dos artesãos no processo revolucionário fica evidente quais são, realmente, as classes antagônicas e potencialmente antifeudais. Enquanto a disputa final da revolta se realizava através dos trâmites legais nas Cortes – entre burguesia, aristocracia e cavaleiros vilãos –, os camponeses atacavam os castelos dos senhores feudais e os artesãos continuavam realizando insurreições contra a nobreza nas cidades.

¹⁸ Ibid., pg. 87

¹⁹ Ibid., pg. 97

São os artesãos aqueles que, ante as vacilações e falta de combatividade dos burgueses ricos nos momentos decisivos, tomam a iniciativa e o comando e evitam o fracasso da revolta. São artesão os que empurram os burgueses do Porto para as ruas, forçando-os, sob ameaça de morte, a tomar abertamente partido.²⁰

Alcançado seus objetivos, a burguesia comerciante se retira dos motins e passa a negociar os termos das concessões nas Cortes da Coroa portuguesa, enquanto isso, as classes antagônicas à aristocracia seguem com o intuito de garantir suas conquistas, as pautas alheias não correspondiam aos interesses dos burgueses. Podemos notar, também, que a chamada burguesia rural não fazia parte do mesmo grupo que a burguesia “clássica” como sugeriu Cunhal anteriormente, os cavaleiros vilãos eram um grupo chave no desenvolvimento das relações capitalistas no campo. Segundo o autor, durante o processo revolucionário há uma “trégua” no antagonismo entre homens-bons e trabalhadores assalariados tendo em vista atingir a classe senhorial, os dois grupos saem com ganhos reais desse processo, de um lado a redução das taxas para todos os segmentos tributários e a proibição de fixar salários pelos cavaleiros vilãos foi benéfico para os camponeses e para os camponeses assalariados; por outro lado, com o enfraquecimento da nobreza após a insurreição, os homens-bons se beneficiaram com a lei das sesmarias adquirindo terras improdutivas de parte da aristocracia que se aliou a Castela. Logo após a eleição de D. Pedro para rei de Portugal – resultando na mudança de dinastia, apoiada pela burguesia – , a resposta foi aos motins foi o massacre aos insurgentes que se mantinham em conflito. Paulatinamente, com o passar dos anos, todas as conquistas de todos os segmentos das sociedades foram sendo suprimidas: as terras improdutivas da nobreza foram devolvidas a elas e tiradas dos homens-bons; as rendas e os tributos a serem pagos voltaram a ser dispendiosas; os trabalhadores assalariados voltaram a ter seus salários fixados pelos cavaleiros vilãos; o processo de expropriação e a compulsão ao trabalho assalariado se intensificou, entre outros.

A obra de Cunhal nos traz grandes contribuições, apesar de incorrer nos erros do modelo mercantil o autor traz uma análise minuciosa das relações de classe do período baixo medieval em Portugal, principalmente ao tratar dos camponeses abastados como grupo precursor do surgimento do capitalismo no campo. Cabe ressaltar que a produção de Cunhal deve ser contextualizada no período do primeiro clico de debates, Dobb-Sweezy. Como vimos anteriormente, o processo das lutas de classe para Cunhal é

²⁰ Ibid., pg. 102

secundarizado devido ao seu alinhamento ao primado do desenvolvimento das forças produtivas, no entanto, o autor traz importantes visões sobre a configuração social do contexto sem deixar de lado o peso das contradições internas do feudalismo português.

▪ *Dois adendos: Carlos Astarita e Pedro Oliveira*

Pretendo fazer alguns comentários sobre a historiografia recente da transição do feudalismo ao capitalismo. Começando pelo medievalista argentino, professor da *Universidad Nacional de la Plata* e da *Universidad de Buenos Aires*, Carlos Astarita tem uma vasta produção relacionada ao tema proposto por este trabalho, incluindo suas principais obras: *Desarrollo desigual en los orígenes del capitalismo* e *Del feudalismo al capitalismo: Cambio social y político en Castilla y Europa Occidental, 1250-1520*. No entanto, concentro minha análise em seu mais recente artigo: *Karl Marx and the Transition from Feudalism to Capitalism*, publicado em 2018.

O estudo de Astarita não se debruça sobre a questão da transição em Portugal, mas ao tratar da Inglaterra e de Castela, nos fornece contribuições significativas para traçarmos um paralelo entre as mudanças sociais ocorridas na Europa durante o final da Idade Média. O autor busca elucidar a perspectiva de Marx sobre a transição ao capitalismo na Inglaterra, atentando para o fato de que Marx, à época, só teve acesso às fontes “governamentais” para realizar seu estudo, documentos do parlamento inglês. Ao tratar de Castela, Astarita insere outro conjunto de documentação em sua investigação: documentos de vilas/aldeias.

Marx analisou a transição com base nas características históricas do capitalismo, portanto, sua conclusão foi que o sistema capitalista é baseado na propriedade capitalista dos meios de produção, que pressupõe a não-propriedade do proletariado. A origem da propriedade dos trabalhadores diretos está condicionada, desde os tempos mais remotos, ao surgimento do homem com um ser social que se apropria das condições naturais para sua subsistência, ou seja, desde a propriedade comunal das sociedades tribais. Para Marx, o que demanda explicação não é a propriedade dos produtores diretos, *mas a origem da não-propriedade dos trabalhadores*, é preciso saber como os camponeses da Inglaterra na Baixa Idade Média perderam, gradativamente, a posse das suas terras e dos meios de produção até se tornarem proletários,

Marx teve que explicar a formação desse produtor duplamente livre, aquele que foi libertado dos meios de produção e também livre para vender sua força de trabalho no mercado. Essa questão é central e permanece válida na medida em que prevalece sobre a questão das origens do capitalismo, tanto do ponto de vista teórico quanto histórico; de fato, o capítulo sobre acumulação tem mais conteúdo empírico histórico do que qualquer outro no *Das Kapital*.²¹

A explicação de Marx passa por alguns pontos em relação aos quais Astarita enxerga limitações: o primeiro, a premissa de Marx é de que a privatização das terras comunais na Inglaterra através dos *enclosures* (“cercamento” dos campos) deu origem a uma massa despossuídos que se tornaram os primeiros proletários. Para Astarita, os vagabundos constituíam uma massa indisciplinada e itinerante que não constituía uma força de trabalho constante. Em segundo lugar, Marx concebe a ascensão desse processo na Inglaterra devido ao declínio do feudalismo. No entanto, Astarita aponta para o fato de que o feudalismo não desapareceu na Inglaterra nem em outras regiões da Europa ocidental. Além disso, as indústrias rurais a domicílio surgidas na Baixa Idade Média europeia foram as primeiras formas do modo de produção capitalista, essas formas surgiram onde o feudalismo ainda continuava a predominar amplamente. Em terceiro lugar, Marx não identificou a subsunção do trabalho pelo capital nas indústrias rurais a domicílio, isso porque – como já foi dito – Marx não teve meios para entender essas indústrias devido ao fato de não ter tido acesso aos documentos das vilas.

Ao fazer o estudo do caso de Castela, Astarita nota um processo de diferenciação social nas vilas mediante a divisão tripartite da sociedade. O primeiro grupo eram os senhores (rei e nobres), que mantinham sua posição de classe dominante extraindo as rendas coercitivamente dos produtores diretos. O segundo grupo era dos cavaleiros vilãos, estrato rico que recebia privilégios das Coroas como a isenção de taxas, constituíram-se como uma pequena aristocracia local e participavam dos governos de algumas cidades – seu *status* era semelhante aos dos estratos mais baixos da nobreza. O terceiro e último grupo era dos camponeses e artesãos, ou seja, do estrato sobre o qual recaíam as taxações.

Segundo o autor, o processo de diferenciação social decorre da apropriação das terras comunais pelos senhores e pelos cavaleiros vilãos com o intuito de, na maioria das vezes, utilizar as terras para a criação de ovelhas, tendo em vista que o comércio de lã e tecidos estava em alta desde o início do século XIV, principalmente quando Castela

²¹ ASTARITA, Carlos. **Karl Marx and the Transition from Feudalism to Capitalism**. *International Critical Thought*, vol.8, 2018 (<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21598282.2018.1478248>), pg. 2. (traduções minhas)

tomou o lugar da Inglaterra como a maior exportadora de tecidos em consequência da Guerra dos Cem Anos iniciada em 1337. As terras comunais eram essenciais para a reprodução diária do campesinato, eram terras indispensáveis à subsistência das famílias camponesas. Com a apropriação dessas terras, a formação de novas explorações camponesas foi inviabilizada pela indisponibilidade de terras, dessa forma, o resultado foi o aumento significativo de pequenas explorações, tão pequenas que não eram – muitas vezes – suficientes para produzir o necessário para a unidade produtiva camponesa. A situação do campesinato se tornou instável, podendo empobrecer a qualquer momento, bastava uma sequência de más colheitas ou as multas judiciais para gerar a degradação da condição de vida dos camponeses. Portanto, pode-se afirmar que com o avanço de setores abastados sobre as propriedades camponesas ocorreu uma subdivisão dentro do próprio campesinato: camponeses despossuídos compondo o segmento dos vadios – ou vagabundos –, e os pequenos agricultores que subsistiram com a pequena propriedade como acabamos de ver. Para Astarita, esse segundo grupo é que importa para entender a origem da indústria rural.

Estes camponeses empobrecidos não tinham condições de pagar as rendas para os senhores feudais e, para garantir sua reprodução material, começaram a trabalhar para os cavaleiros ou para camponeses (ou artesãos) enriquecidos. Astarita nos fornece algumas informações acerca posição desses camponeses abastados na sociedade castelhana:

Aproveitando-se de sua posição, e com o apoio do senhor, eles pagavam, proporcionalmente, menos rendas do que os demais, o que contribuiu para sua consolidação econômica. Este segmento possuía vinhedos, terras para cereais, gado, árvores frutíferas e assim por diante, e contratava trabalhadores assalariados entre este estrato empobrecido de pequenos agricultores que residiam na aldeia.²²

Em certo ponto, o camponês rico passou a prover lã aos camponeses pobres para que estes produzissem tecidos, não apenas para o próprio consumo, mas para o campesinato enriquecido vender no mercado. Para Astarita essa foi a primeira forma de subordinação do trabalho ao capital.

Uma crítica feita pelo autor acerca da transição é o fato de que desde as formulações de Maurice Dobb há uma concepção de que o surgimento das relações capitalistas se deve ao processo de dissolução do feudalismo. Portanto, seguem-se os

²² Ibid., pg. 4

seguintes estágios: a) feudalismo; b) dissolução do feudalismo; e c) ascensão do capitalismo²³. Ao contrário das formulações dos autores que compartilham dessa tese, Astarita demonstra através dos estudos de caso que as indústrias rurais surgiram justamente onde o feudalismo estava funcionando perfeitamente, descartando a hipótese que a “fraqueza” do sistema feudal foi pré-condição para a ascensão das relações capitalistas de produção. O feudalismo criou as condições necessárias para o surgimento do capitalismo em sua fase inicial, mas não garantiu sua evolução subsequente. A luta de classes na transição foi elemento fundamental para a consolidação do novo modo de produção.

No primeiro momento os dois modos de produção coexistem de forma pacífica, além do mais, os próprios senhores feudais começam a recuperar as rendas perdidas – devido ao empobrecimento do campesinato – com a venda constante de lã para os camponeses enriquecidos fornecerem aos trabalhadores das indústrias rurais produzirem tecidos. Entretanto, o ponto de coalescência entre “senhor-capitalista” se torna um obstáculo quando o novo sistema passa a se generalizar e os direitos senhoriais se tornam barreiras ao desenvolvimento capitalista. Para Astarita, o antagonismo entre os dois modos de produção é evidenciado pela Revolta Camponesa de 1381 na Inglaterra – liderada, basicamente, por camponeses ricos. O equivalente no reino ibérico foi a revolta das comunidades castelhanas em 1520-1521, essas duas insurreições marcam a luta entre os senhores e os capitalistas no final da Idade Média.

Faço o último comentário sobre a produção mais recente que tenho disponível sobre as condições de surgimento das relações capitalistas: o livro *Dinheiro, mercadoria e Estado nas origens da sociedade moderna: Estudos sobre a acumulação primitiva de capital* de Pedro Rocha de Oliveira, professor da UNIRIO, publicado no final do ano de 2018. Me detenho, ainda, sobre a questão das indústrias – ou manufaturas – rurais como a primeira forma de subsunção do trabalho pelo capital durante as transformações ocorridas no final da Idade Média. O estudo de Oliveira tem como referência espacial a Inglaterra e, segundo o autor, o crescente comércio de lã tem peso significativo desde o século XII, e com o desenvolvimento das indústrias rurais, a exportação desse artigo torna-se tão importante que as áreas destinadas ao cultivo alimentar foram substituídas por pastos de animais.²⁴

²³ Ibid., pg. 5

²⁴ DE OLIVEIRA, Pedro Rocha. *Dinheiro, mercadoria e Estado nas origens da sociedade moderna: Estudos sobre a acumulação primitiva de capital*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2018, pg. 73

Segundo o autor, as relações das manufaturas rurais surgem em primeiro lugar nas periferias de Londres, nas quais os mercadores ligados à exportação de tecidos combinavam com os camponeses mais pobres a produção doméstica dos produtos requeridos. Em outras palavras, o comerciante fornecia a lã crua, o camponês trabalhava a lã para transformá-la no tecido acabado e, por fim, o comerciante comprava o tecido do camponês e vendia no mercado. Esse é o chamado *putting-out-system*, ou indústria a domicílio.

Desenvolvendo-se no meio rural, a manufatura doméstica não era regulada pelas guildas. Dava-se ao largo das organizações dos jornaleiros, e foi impulsionada pela capacidade dos mercadores de reinvestir a riqueza acumulada no comércio exterior da lã no aumento da produção.²⁵

Oliveira explicita que a alta na exportação de lã demandava o aumento na mão de obra assalariada nas indústrias e na expansão dos domínios territoriais para a criação de ovelhas, portanto, os dois movimentos se deram de formas simultâneas. A reorientação das terras que produziam gêneros alimentícios tornou-as terras pastoris e conseguiu atingir o objetivo de aumentar a mão de obra assalariada para atender o desenvolvimento das indústrias rurais, isso se deve ao fato que muitas famílias camponesas ficaram despossuídas e foram compelidas a vender a sua força de trabalho. Oliveira, no entanto, não especifica quem são esses mercadores em termo de classe e não especifica seu papel no processo produtivo. A obra deste autor, que me chegou em mãos no período limite de redação da monografia, merecerá maior consideração e aprofundamento no desdobramento imediato desta pesquisa no âmbito do mestrado, como, de resto, muitas outras que abordam a complexa questão da transição do feudalismo ao capitalismo.

Referências Bibliográficas

ASTARITA, Carlos. *Del feudalismo al capitalismo: Cambio social y política en Castilla y Europa Occidental, 1250-1520*. Valência: Universitat de València y Universidad de Granada, 2005.

²⁵ Ibid., pg. 76

_____. Karl Marx and the Transition from Feudalism to Capitalism. *International Critical Thought*, vol. 8, 2018, (<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21598282.2018.1478248>. Acesso em 21/12/2018).

ASTON, T.H.; Philpin, C. E. H (orgs). *El Debate Brenner: Estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1988.

CATHARINO, Victor da Silva. *A Formação do Capitalismo em Portugal: uma análise*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013 (Monografia de Bacharelado em Economia).

CUNHAL, Álvaro. *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980.

DOBB, Maurice Hebert. *A Evolução do Capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HILTON, Rodney (org.). *A Transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Pedro Rocha de. *Dinheiro, mercadoria e Estado nas origens da sociedade moderna: Estudos sobre a acumulação primitiva de capital*. Rio de Janeiro: PUC, 2018.

TEIXEIRA, Daniel Tomazine. *Enquadramento da pobreza em Portugal no Baixo Medievo: assistencialismo e repressão estatal (séculos XIV/XV)*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2011 (Dissertação de Mestrado em História Social).

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.